



Demonstrações Financeiras
Consolidadas em **IFRS**
BANCO ORIGINAL

31 de dezembro de 2024

ÍNDICE

• Relatórios

Relatório da Administração	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria	6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	8

• Demonstrações financeiras individuais

Balancos patrimoniais consolidados	13
Demonstrações consolidadas do resultado	15
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	17
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente	19

• Notas explicativas

1. Contexto operacional	20
2. Base de preparação	20
3. Principais práticas contábeis	23
4. Caixa e equivalentes de caixa	34
5. Ativos financeiros	34
6. Investimentos	45
7. Imobilizado	45
8. Ativos intangíveis	46
9. Direito de uso de bens arrendados	47
10. Outros ativos	47
11. Passivos financeiros	48
12. Provisões	50
13. Ativos e passivos fiscais	51
14. Outros passivos	54
15. Patrimônio líquido	54
16. Receita de juros e similares	56
17. Despesa com juros e similares	56
18. Ganho / (perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros	57
19. Recuperação de créditos baixados para prejuízo	57
20. Resultado em operações de câmbio	57
21. Receitas de prestação de serviços	57
22. Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros	58
23. Despesas de pessoal	58
24. Despesas tributárias	58
25. Outras despesas administrativas	59
26. Outras receitas / (despesas) líquidas	59
27. Partes relacionadas	60
28. Estrutura de gerenciamento de riscos	63
29. Suficiência de capital	67
30. Informações complementares	68
31. Eventos subsequentes	70

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., acompanhadas das suas respectivas notas explicativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O conteúdo foi elaborado com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cenário Geral

O Brasil apresentou um crescimento econômico robusto em 2024, com o PIB avançando 3,4%, superando significativamente seu potencial. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela forte demanda interna, sustentada por uma política fiscal expansionista e pela ampliação da oferta de crédito.

No cenário inflacionário, o acumulado em 12 meses superou amplamente o teto da banda superior do regime de metas para a inflação (4,83%). Além disso, os núcleos inflacionários seguem pressionados, refletindo uma clara deterioração nas leituras mais recentes. Na margem, a maioria dos itens subjacentes registrou reaceleração, e a reancoragem das expectativas para a inflação futura continuam sendo um dos principais desafios.

Diante da resiliência da atividade econômica e da persistência da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve o ritmo do aperto monetário, sinalizando um guidance de 200 pontos-base para a Selic nas duas primeiras reuniões de 2025, o que elevará a taxa básica de juros para 14,25%.

Para 2025, o cenário macroeconômico se mostra mais desafiador. Apesar da safra recorde no primeiro semestre, este ano deve ser marcado por uma desaceleração gradual da atividade e pela intensificação da pressão inflacionária (5,6%). No ambiente externo, o aumento da aversão ao risco deve manter o real depreciado por mais tempo. Além disso, tanto a política fiscal quanto a oferta de crédito continuam atenuando os efeitos da política monetária sobre a economia real. Nesse contexto, o Banco Central deve manter os juros elevados, com projeção de uma nova alta de 0,75 pontos percentuais em maio, se mantendo em 15% até o fim do ano.

Diante da política de juros restritiva e da pressão sobre os custos de produção, a projeção para o PIB de 2025 é de 1,6%, com possibilidade de recessão técnica no segundo semestre.

No Original

O Banco Original é controlado pela holding J&F Participações S.A. e faz parte do maior grupo privado não financeiro do Brasil. Com mais de 13 anos de atuação, oferece soluções para todos os negócios, proporcionando soluções financeiras ágeis e eficazes, alinhadas com a segurança e expertise de um Banco de Atacado consolidado.

O foco do Banco Original desde julho de 2023 está exclusivamente em operações de Atacado, atendendo clientes do Agronegócio, Corporate e Empresas, tudo aliado a um suporte eficiente e sob medida.

Pilares de Crescimento

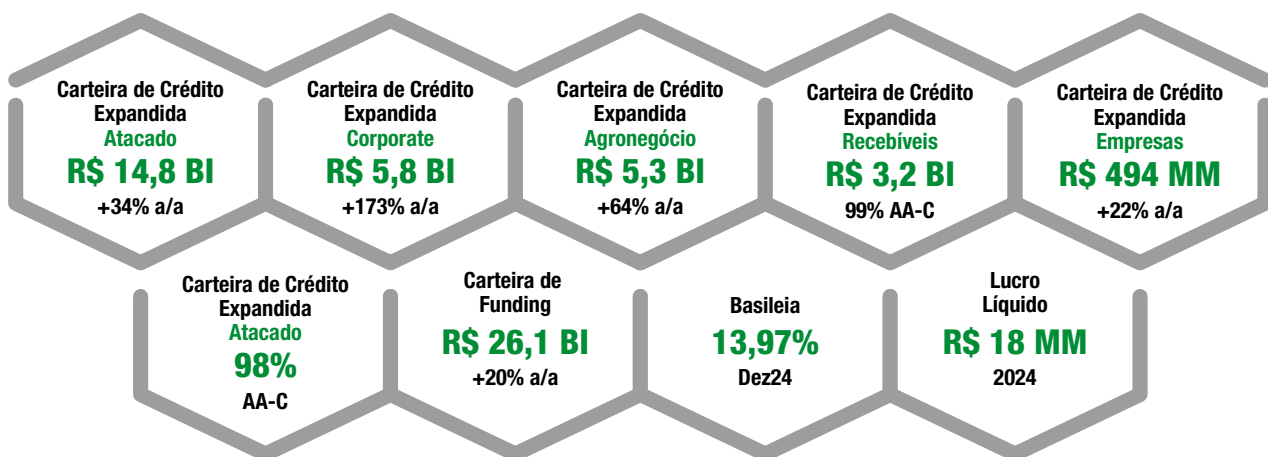
Agronegócio: Desde 2013, atuamos no segmento do agronegócio, oferecendo soluções financeiras personalizadas para empresas e produtores rurais envolvidos nas principais atividades do setor, como algodão, café, milho, soja e pecuária. Nosso foco é atender clientes com faturamento anual superior a R\$ 100 milhões, sempre em busca da excelência nos serviços prestados.

Corporate: Em 2013, lançamos nosso segmento Corporate, que abrange empresas com faturamento anual a partir de R\$ 500 milhões, suportando grandes grupos econômicos e oferecendo soluções especialmente desenvolvidas. Desde sua criação, esse segmento tem oferecido soluções especializadas para apoiar o crescimento e expansão dos nossos clientes.

Empresas: Em 2022, foi dado início ao reforço do time de Empresas com o objetivo de atender clientes com faturamento abaixo de R\$500 milhões. No Empresas, através do relacionamento com Pessoas Jurídicas, propomos um atendimento diferenciado com gerentes especialistas.

Destques Financeiros

Com o objetivo de suportar e expandir as operações da instituição, os acionistas realizaram aportes de capital no Banco Original no valor de R\$500 milhões ao longo de 2024. Esses recursos têm como objetivo fortalecer a estrutura financeira do banco, impulsionar a implementação de novos projetos estratégicos e garantir a continuidade do crescimento sustentável. A decisão reflete a confiança dos acionistas na solidez e no potencial de expansão da instituição. Realizamos emissões de R\$ 560 milhões em Letras Financeiras Subordinadas Complementares no segundo semestre de 2024, reforçando a estrutura de capital e ampliando as fontes de financiamento para sustentar nossa trajetória de expansão.



Carteira de Crédito

A carteira de crédito expandida encerrou o ano de 2024 com R\$ 17,8 bilhões, com destaque no Atacado, que atingiu R\$14,8 bilhões (+34% a/a), representando 83% do total da carteira, o que reflete sua alta qualidade e eficiência operacional com 98% da carteira classificada com rating AA-C. A carteira de crédito do Agronegócio apresentou um crescimento de 64% no mesmo período, enquanto a do Corporate registrou um aumento de 173%. Por outro lado, a carteira de crédito do Varejo apresentou uma retração de 58% em comparação com dezembro de 2023, reforçando o posicionamento estratégico como um banco exclusivamente de Atacado. Alinhado a essa abordagem, o prazo médio da carteira de ativos encerrou o ano com 327 dias, refletindo a estratégia de segurança e eficiência na gestão de recursos. Foi adotada uma estratégia conservadora e de alto desempenho, evidenciada pelo Índice de Basileia de 13,97%.

Carteira de Captação

A carteira de captação encerrou o ano com R\$ 26,1 bilhões (+20% a/a), com 30% originada por meio de operações incentivadas (LCA e LCI), o que contribui para a redução do custo médio de captação e fortalece nossa competitividade no mercado, além de apresentar um crescimento na carteira de 50% quando comparado com 2023. O prazo médio da carteira de passivos foi de 596 dias, evidenciando nossa eficiência na gestão de ativos e passivos.

Resultado Líquido

Concluimos o exercício de 2024 com lucro líquido de R\$ 18 milhões, um resultado positivo mesmo diante dos desafios enfrentados ao longo do ano, que envolveram mudanças estratégicas, reestruturações e ajustes operacionais.

Agradecimentos

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança contínua e pelo apoio fundamental na nossa jornada. Agradecemos também aos nossos colaboradores, cujo comprometimento diário e dedicação são essenciais para o sucesso e crescimento da nossa história.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do conglomerado, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê é um órgão estatutário com reporte ao Conselho de Administração (Conselho) e sua composição conta com dois membros externos independentes e um membro interno, em conformidade com o que estabelece a resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da administração executiva, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A administração executiva é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A estrutura de auditoria interna é diretamente subordinada ao Conselho e é supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A auditoria interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 7 (sete) vezes no segundo semestre de 2024, realizando 44 reuniões. Destas, 7 (sete) com a Auditoria Interna, 1 (uma) com a empresa de auditoria independente, 7 (sete) com a Contabilidade e Controladoria e 29 com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

O Comitê realizou 1 (uma) recomendação para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 com sugestões para aprimoramento de governança e/ou controles internos.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas do semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de março de 2025.

O Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Regid de Campos, 105, 12º Andar – Torre A,
04711-904, São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos acionistas e ao Conselho de Administração do Banco Original S.A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas de crédito esperadas

Veja as Notas 2.2, 3.d.8, 5.d e 22 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024, o banco possuía provisão para perdas de crédito esperadas (PE).</p> <p>A administração baseia-se na expectativa de perdas ao longo da vida útil do ativo (PE lifetime), a menos que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).</p> <p>Devido ao grau de incerteza significativa que envolve a mensuração da perda esperada, principalmente relacionado a complexidade dos modelos e subjetividade das premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs, dentre essas: (i) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (ii) os critérios utilizados para determinação da PD e (iii) os critérios utilizados para o cálculo das curvas de recuperação para a apuração da LGD consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entendimento do processo e dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aplicação dos modelos envolvidos na mensuração das perdas de crédito esperadas; - Avaliação, com o envolvimento dos nossos especialistas com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito, dos seguintes itens: <ul style="list-style-type: none"> (i) adequação dos métodos e premissas utilizados pelo Banco por meio da revisão das documentações dos modelos com base nos requisitos técnicos e nas IFRS; (ii) precisão das PDs, EADs e LGDs por meio de testes de recálculo utilizando a metodologia e os dados históricos do Banco; (iii) segmentação dos grupos homogêneos de risco de crédito para a mensuração da PD através da correlação dos dados históricos das carteiras; e (iv) relevância e adequação das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários macroeconômicos futuros através da análise de regressão e correlação histórica com esses indicadores. (v) precisão da alocação dos estágios de acordo com os critérios do banco por meio de recálculo independente; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a provisão para perdas de crédito esperadas, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos

Veja as Notas 2.2 e 13 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024, o banco possuía ativos fiscais diferidos ativados considerando que é provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização.</p> <p>Devido à relevância dos saldos desses ativos fiscais diferidos, bem como o alto grau de julgamento</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho dos controles internos relevantes referentes ao processo de definição e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros que é

envolvido nas premissas econômicas e de crescimento do Banco para as estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações destas premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

base para a avaliação de reconhecimento e realização dos saldos de ativos fiscais diferidos.

- Envolvimento de nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos ativos fiscais diferidos,

- Envolvimento dos nossos especialistas de finanças corporativas, para avaliação das premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pelo Banco, considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado.

- Adicionalmente analisamos a análise das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Original S.A em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e,

consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de Maio de 2025

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Guilherme Zuppo Ventura Diaz

Contador CRC 1SP294326/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		31/12/2023
	Nota	31/12/2024 (Não Auditado)
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	4	193.664
Ativos financeiros		
Instrumentos financeiros		21.173.166
		21.619.575
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	5.a.1, a.2.2	1.917.871
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.b	1.381.608
Mensurados ao custo amortizado	5.c	20.481.478
Provisão para perdas esperadas	5.d	(2.607.791)
Ativos fiscais		3.535.796
		3.015.609
Ativos fiscais correntes	13.b	21.741
Ativos fiscais diferidos	13.d	3.514.055
Investimentos	6	125.260
		112.511
Imobilizado líquido	7	30.710
		48.569
Ativos intangíveis líquidos	8	11.007
		89.880
Direito de uso de bens arrendados	9	33.966
		43.489
Outros ativos	10	1.781.738
		992.900
Total do ativo		26.885.307
		26.541.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		31/12/2023
	Nota	31/12/2024 (Não Auditado)
Passivo		
Passivos financeiros		25.477.686
Mensurados ao custo amortizado	11	25.477.686
Provisões	12	125.063
Passivos fiscais		51.656
Passivos fiscais correntes	13.c	13.476
Passivos fiscais diferidos	13.f	38.180
Outros passivos	14	205.635
Patrimônio líquido		
Capital social	15.a.1	5.080.001
Outros resultados abrangentes		(34.595)
Prejuízos acumulados		(4.020.139)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.025.267
Total do patrimônio líquido		1.025.267
Total do passivo e patrimônio líquido		26.885.307
		26.541.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Produto bancário		1.024.374	2.739.464
Receita de juros e similares	16	3.201.528	3.101.085
Despesa de juros e similares	17	(2.513.569)	(2.755.055)
Ganho / (perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros	18	21.443	1.634.138
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	19	232.707	317.159
Resultado em operações de câmbio	20	(2.493)	1.108
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	21	84.758	441.029
Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros		(1.443.225)	(1.976.766)
Perda esperada em operações de crédito	22	(1.443.225)	(1.976.766)
Produto bancário líquido de perdas esperadas de ativos financeiros		(418.851)	762.698
Outras receitas e despesas		(714.859)	(2.220.565)
Despesas de pessoal	23	(225.861)	(402.931)
Despesas tributárias	24	(51.851)	(132.461)
Outras despesas administrativas	25	(713.442)	(1.690.427)
Resultado de participação em coligadas	6	12.722	(1.514)
Outras receitas / (despesas) líquidas	26	263.573	6.768
Resultado antes dos impostos	13.a	(1.133.710)	(1.457.867)
Imposto de renda e contribuição social	13.a	493.810	634.980
Resultado líquido do exercício		(639.900)	(822.887)
Resultado líquido por lote de mil ações			
Ações ordinárias		(0,721)	(0,975)
Ações preferenciais		(1,651)	(2,393)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Subtotal	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.130.001	284.840	(2.278.806)	1.136.035	1.136.035
Aumento de capital	15.a	1.450.000	–	–	1.450.000	1.450.000
Resultado do exercício		–	–	(822.887)	(822.887)	(822.887)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	15.d	–	(292.475)	–	(292.475)	(292.475)
Outros ajustes		–	–	(276.729)	(276.729)	(276.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)		4.580.001	(7.635)	(3.378.422)	1.193.944	1.193.944
Mutações do período		1.450.000	(292.475)	(1.099.616)	57.909	57.909
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não Auditado)		4.580.001	(7.635)	(3.378.422)	1.193.944	1.193.944
Aumento de capital	15.a	500.000	–	–	500.000	500.000
Resultado do exercício		–	–	(639.900)	(639.900)	(639.900)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	15.d	–	(26.960)	–	(26.960)	(26.960)
Outros ajustes		–	–	(1.817)	(1.817)	(1.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5.080.001	(34.595)	(4.020.139)	1.025.267	1.025.267
Mutações do período		500.000	(26.960)	(641.717)	(168.677)	(168.677)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a Nota 31/12/2024 (Não Auditado)	01/01 a 31/12/2023
Atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(639.900)	(822.887)
Ajustes ao resultado líquido do exercício	1.096.955	1.605.398
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(7.612)	(125)
Perdas esperadas em operações de crédito	1.443.225	1.976.766
Depreciações e amortizações	118.882	402.376
Provisão para participação nos lucros	26.276	66.145
Resultado de variação cambial	31.593	26.256
Ajuste de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5.588	(42.483)
Resultado da participação em coligadas	(12.722)	1.514
(Lucro) / prejuízo na alienação de ativos	(3.892)	(3.752)
Ativos e passivos fiscais diferidos	(546.543)	(847.867)
Provisões	45.770	32.313
Atualização de depósitos judiciais	(1.272)	(1.137)
Atualização de impostos a compensar	(2.338)	(4.608)
Resultado líquido do exercício ajustado	457.055	782.511
Variações em ativos e passivos	(930.146)	(264.504)
Redução / (aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.023.885	2.391.813
Redução / (aumento) em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(1.639.945)	(4.119.369)
Redução / (aumento) em ativos fiscais	1.700	70.535
Redução / (aumento) em outros ativos	(783.673)	(318.700)
Aumento / (redução) em passivos financeiro mensurados ao custo amortizado	550.365	1.673.405
Aumento / (redução) em passivos fiscais	(2.662)	(74.887)
Aumento / (redução) em outros passivos	(79.816)	112.699

	01/01 a 31/12/2024 (Não Auditado)	01/01 a 31/12/2023
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades operacionais	(473.091)	518.007
Atividades de investimento		
(Aquisição) de investimentos	(27)	(111.514)
(Aquisição) de imobilizado	(1.140)	(3.189)
Alienação / baixa de imobilizado	–	4
(Aquisição) de ativos intangíveis	(11.487)	(16.957)
Redução / (aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(444.897)	(1.033.116)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades de investimento	(457.551)	(1.164.772)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	500.000	1.450.000
Variação da participação de não controladores	(1.817)	(276.729)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades de financiamento	498.183	1.173.271
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(432.459)	526.506
Saldo inicial	618.511	91.880
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	7.612	125
Saldo final	193.664	618.511
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(432.459)	526.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Resultado líquido do exercício	(639.900)	(822.888)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros		
Varição de valor justo	95.983	471.806
Efeito dos tributos	(45.647)	(224.379)
Hedge		
Ganhos reclassificados para o resultado	(27.044)	(17.089)
Perdas reclassificadas para o resultado	4.241	21.468
Varição cambial de investimento no exterior	(55.423)	(18.483)
Outros resultados abrangentes	(27.890)	233.322
Resultado abrangente	(667.790)	(589.566)
Atribuído ao controlador	(667.790)	(589.566)
Atribuído aos não controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (Original) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

O Original é controlado pela J&F Participações S/A, que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Original foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras consolidadas.

Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações.

Na preparação destas demonstrações, o Original utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

2.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Embora a IFRS 18 emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em 9 de abril de 2024, introduz mudanças significativas na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, visando aprimorar a transparência e a comparabilidade das informações contábeis, não foi adotado nesse ano.

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, que alteraram a IFRS 9 e a IFRS 7.

Os requisitos entrarão em vigor para os períodos de reporte anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, e estão relacionados a:

- liquidação de passivos financeiros utilizando sistemas de pagamento eletrônico; e
- avaliação das características de fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características vinculadas à sustentabilidade.

b) Pronunciamentos emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

- Alterações na IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e será aplicável para os períodos de reporte anual com início em ou após 1º de janeiro de 2027. A nova norma introduz os seguintes requisitos principais:

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração do resultado, sendo elas: operacional, de investimentos, de financiamentos, operações descontinuadas e imposto de renda. As entidades também deverão apresentar um subtotal de lucro operacional, conforme nova definição. O lucro líquido das entidades não será alterado.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) devem ser divulgadas em uma única nota explicativa nas demonstrações financeiras.

Há uma orientação aprimorada sobre como agrupar as informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades serão obrigadas a utilizar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa, quando utilizarem o método indireto para apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais.

- **Alterações na IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros**

Inclui a definição de estimativas contábeis, valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as demonstrações financeiras do Original;

- **Alterações na IAS 12 - Imposto sobre a renda**

“Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos

• Alterações na IAS 21 - Efeitos das Variações nas Taxas de Câmbio das Moedas Estrangeira

A Falta de Convertibilidade (Emendas à IAS 21) não se espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas

2.2. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações financeiras consolidadas devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Banco estão relacionadas com os seguintes tópicos:

i) Perda de crédito esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos e qualitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de seus modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem. As principais premissas são:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos quantitativos e qualitativos; e
- Informações com base em ativos financeiros similares para efeitos de mensuração;

ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é obtido com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica "Ativos diferidos". As obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Passivos diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

iv) Ativos e passivos contingentes (provisões)

Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial do Original, exceto quando há evidências que assegurem sua realização.

Os passivos contingentes classificados como de risco de perda prováveis são reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica provisões.

O Original revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

Os valores das contingências são quantificados através de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

3. Principais práticas contábeis

a) Consolidação

a.1) Subsidiárias

De acordo com a IFRS 10 - demonstrações financeiras consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o Original possui controle.

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

a.2) Entidades controladas consolidadas nas demonstrações financeiras

Entidades controladas são todas as entidades às quais o Original está exposto, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

Entidades controladas	Atividade	Capital social integralizado	31/12/2024			31/12/2023 (Não Auditado)
			Ações e / ou cotas	Participação total e com direito a voto	Participação total e com direito a voto	Participação total e com direito a voto
Original Hub Ltda.	Prestação de serviços	–	3.450.000	99,99%	99,99%	
PICS Fundo de Investimento	Fundo de investimento	748.000	–	100,00%	100,00%	
FLORA Fundo. Invest Part Multi	Fundo de investimento	136.959	–	100,00%	100,00%	
FIDC Laguz	Fundo de investimento	495	–	100,00%	100,00%	

a.3) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

Entidade coligada	Atividade	31/12/2024			31/12/2023
		Capital social integralizado	Ações ordinárias e cotas	Participação total e com direito a voto	Participação total e com direito a voto
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	259.935	51.982.430	19,99%	19,99%
PicPay Holdings Netherlands B.V. ⁽¹⁾	Holding	1.093.587	18	9,00%	9,50%

⁽¹⁾ Em 27 de dezembro de 2023, o Banco Original adquiriu participação indireta por meio de dação em pagamento no âmbito de aditivo ao Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações firmado com sua controladora J&F Participações pelo valor de R\$ 111.514. A base utilizada para equivalência patrimonial refere-se ao balanço patrimonial de 30 de novembro de 2024.

O valor total de ativos, passivos, resultado líquido e patrimônio líquido das entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são:

Entidade	31/12/2024						
	Ativo circulante	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Passivos contingentes	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
PicPay Holdings Netherlands B.V.	145	1.428.623	–	1.154.555	–	7.258	274.213
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	18.935	–	3.530	4.986	32.054	–	(21.636)

Entidade	31/12/2023						
	Ativo circulante	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Passivos contingentes	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	15.935	–	10.949	12.559	(7.343)	–	(7.572)
PicPay Holdings Netherlands B.V.	–	1.109.223	–	1.073.744	–	104	35.480

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 05 de Maio de 2025.

b) Conversão de moedas estrangeiras

b.1) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Original estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para a subsidiária, entidade sob controle, o Original definiu a moeda funcional, como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

b.2) Transações com moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais na data de balanço pela taxa de câmbio vigente na respectiva data e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica “variações cambiais”.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, exceto quando forem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

d.1) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados:

i) Ao custo amortizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;

ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;

iii) Ao valor justo por meio do resultado quando os ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima;

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

i) O modelo de negócios no qual são administrados;

ii) As características de seus fluxos de caixa;

Modelo de negócios representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Original considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios tais como os gestores do negócio são remunerados e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

Teste SPPJ é a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

d.2) Custo amortizado

Os ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

d.3) Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. O Original classifica a hierarquia de valor justo conforme sua relevância em três níveis:

Nível 1, ativos com preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata;

Nível 2, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata; e

Nível 3, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível;

d.4) Instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são os que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Original mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente e não são reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na demonstração do resultado quando o direito do Original é estabelecido.

d.5) Instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são os que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando:

- i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda;

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

d.6) Reclassificação de ativos e passivos financeiros

O Original não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

d.7) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Original desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resultar em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Original reconhece um ganho ou perda de modificação.

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis ou se foram transferidos para terceiros e: i) o Original transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade ou ii) o Original não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Original quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

d.8) Perda de crédito esperada

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos e qualitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

O Original considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito.

A IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Original utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. As principais informações prospectivas utilizadas na determinação da perda esperada estão relacionadas com a taxa Selic e o produto interno bruto (PIB).

Cenários macroeconômico envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado.

Em cenários de perda ponderados pela probabilidade, o Original utiliza um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, considerando a projeção a partir de variáveis econômicas.

A baixa de operações para prejuízo é feita para contratos com atrasos superiores a 360 dias, de acordo com estudos de rolagem da carteira e recuperação de créditos anteriormente baixados.

A cada período das demonstrações financeiras, o Original avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial utilizando indicadores relativos e absolutos, que consideram o atraso e a probabilidade de default (PD), por produto. O Original avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado.

Dessa forma, as operações são classificadas em três estágios, sendo:

Estágio 1 - perda de crédito esperada em 12 meses, que representa eventos de inadimplência de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;

Estágio 2 - perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro, que considera todos eventos de inadimplência. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito, cujo risco de crédito aumentou significativamente; e

Estágio 3 - perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação, que considera eventos de inadimplência. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido de provisão e não ao valor contábil bruto;

Os ativos migram entre os três estágios à medida que seu risco de crédito deteriora ou evolui para um cenário de recuperação.

d.9) Cálculo da perda esperada

O Original calcula a perda esperada (PE) para mensurar a insuficiência de caixa, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

O detalhamento dos mecanismos de cálculo de PE envolvem:

i) Probabilidade de inadimplência (Probability of default - (PD)), que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

ii) Exposição no momento da inadimplência (Exposure at default - (EAD)), que representa uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

iii) Perda reconhecida devido a inadimplência (Loss given default - (LGD)), que significa uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É usualmente expressa como uma porcentagem da EAD.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, exceto se o Original legalmente tiver o direito de liquidar antecipadamente.

A determinação da estimativa para perda esperada em cada um dos três estágios, considera:

No estágio 1, o cálculo da provisão da PE em 12 meses baseada na expectativa de ocorrência de inadimplência para os 12 meses seguintes a data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente;

No estágio 2, a ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, quando uma provisão de PE é reconhecida. A determinação da estimativa é similar ao estágio 1, porém a PD e a LGD são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente; e

No estágio 3, operações com problemas de recuperação, onde a PD é reconhecida ao longo da vida das mesmas. O método é similar ao utilizado nos estágios 1 e 2. No entanto, a PD é determinada em 100%;

d.10) Taxa de juros efetiva

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Original estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do instrumento financeiro. No caso de instrumentos com problemas de recuperação de crédito, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada, considerando a perda de crédito esperada, ao custo amortizado do ativo financeiro.

e) Imobilizado

O imobilizado de uso é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

f) Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem software e licenças de uso e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

O ágio é diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos da aquisição de participação em uma entidade. O ágio não é amortizado, tendo seu valor recuperável avaliado semestralmente ou quando da existência de indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

g) Direito de uso de bens arrendados

O Original é arrendatário, principalmente, de bens imóveis para realização de suas atividades comerciais e administrativas. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica outros passivos financeiros, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente, amortizados de forma linear pelo prazo do contrato de arrendamento.

h) Passivos fiscais

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário.

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

i) Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando necessário.

j) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto quando forem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, classificação aplicada aos instrumentos financeiros derivativos.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração entender que sua realização for praticamente certa e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e sem possibilidades de recursos e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

i) Prováveis, para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica provisões;

ii) Possíveis, as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo reconhecida no balanço patrimonial uma provisão; e

iii) Remotas, as quais não requerem provisão e tampouco divulgação;

l) Capital social

Constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no patrimônio líquido.

m) Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação é calculado pela divisão do resultado líquido atribuído aos controladores do Original pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício.

n) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o Original fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que o Original espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para o reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando efetivamente incorridos.

Principais serviços prestados pelo Original:

• Serviços de conta corrente

Substancialmente compostos por tarifas de manutenção de contas correntes, conforme cada pacote de serviço concedidos aos clientes, serviços avulsos como por exemplo TED/DOC, entre outros;

• Cartões de crédito e débito

Referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos emissores e adquirentes pelo processamento das operações realizadas com cartões, às anuidades cobradas pela disponibilização e administração do cartão de crédito e ao aluguel de máquinas;

• Serviços de recebimentos

Referem-se aos serviços de cobrança e de arrecadações;

• Operações de crédito e garantias financeiras prestadas

Referem-se, principalmente, às tarifas de adiantamento a depositantes e a comissão de garantias prestadas;

As receitas de serviços relacionados a contas corrente, cartões de crédito e de débito são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

o) Benefícios a empregados

O Original oferece a título de benefício pós-emprego aos seus colaboradores a extensão do seguro saúde, nas condições estabelecidas na convenção coletiva dos bancários, pelo período de até 180 dias, a partir da data da rescisão do contrato de trabalho.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Disponibilidades	193.664	12.876
Caixa e bancos em moedas estrangeiras	191.499	12.749
Caixa e bancos em moeda nacional	2.165	1.111
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	–	591.107
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	591.107
Aplicações em moedas estrangeiras	–	14.528
Total	193.664	618.511

5. Ativos financeiros

a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

a.1) Títulos e valores mobiliários

	Nível	31/12/2024				31/12/2023 (Não Auditado)	
		Valor de custo	Ajuste a valor justo	Sem Vencimento	Acima de 12 meses	Valor contábil/ justo	Valor contábil/ justo
Carteira própria							
Títulos públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	76	2	78	–	78	68.847
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	–	–	144.593
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	87	(14)	73	–	73	317
Precatório	3	799.405	522.980	1.322.385	1.322.385	1.269.703	
Títulos privados							
Ações de companhias fechadas	3	601.713	722	602.435	602.435	601.739	
Cotas de fundos	3	54.981	–	54.981	–	54.981	34.837
Total em carteira própria		1.456.262	523.690	657.567	1.322.385	1.979.952	2.120.036
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos públicos							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	–	–	–	–	–	436.832
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	–	–	378.364
Total em vinculados a prestação de garantias		–	–	–	–	–	815.196
Total		1.456.262	523.690	657.567	1.322.385	1.979.952	2.935.232

a.2) Derivativos

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Opções não padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor justo e seus valores referenciais notional e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

a.2.1) Composição da carteira por indexador

	Nível	31/12/2024			31/12/2023 (Não Auditado)		
		Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Non deliverable forward							
Posição ativa		3.302.330	10.213	12.212	3.601.540	8.012	23.174
Dólar	2	266.086	10.198	11.819	3.601.540	8.012	23.174
Prefixado	2	3.036.244	15	393			
Posição passiva		3.302.330	(144.480)	(140.568)	3.601.540	(10.363)	(10.465)
Dólar	2	3.036.244	–	(4)			
Prefixado	2	266.086	(144.480)	(140.564)	3.601.540	(10.363)	(10.465)
Diferencial líquido		–	(134.267)	(128.356)	–	(2.351)	12.709
2 - Swap							
Posição ativa		5.673.405	108.751	199.293	2.787.030	50.182	68.833
Prefixado	2	2.513.468	103.128	151.724	174.741	9.211	9.672
DI	2	1.081.679	951	47.553	667.311	748	9.086
Dólar	2	2.078.258	4.672	16	1.944.978	40.223	50.075
Posição passiva		5.673.405	(46.452)	(104.884)	2.787.030	(9.199)	(7.679)
Prefixado	2	2.349.448	(16.402)	(15.663)	980.711	(7.976)	(7.305)
DI	2	1.986.273	(7.770)	(7.835)	29.057	(100)	(133)
Dólar	2	1.337.684	(22.280)	(81.386)	1.777.262	(1.123)	(241)
Diferencial líquido		–	62.299	94.409	–	40.983	61.154

	31/12/2024			31/12/2023 (Não Auditado)			
	Nível	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
3 - Opções							
Posição ativa		5.000	331	1.322	–	–	–
Compra de opção de compra		5.000	331	1.322	–	–	–
Posição passiva		2.236.050	(75.874)	(29.456)	1.668.400	(53.469)	(61.751)
Venda de opção de compra	2	102.650	(6.783)	(21.618)	59.350	(2.137)	(1.674)
Venda de opção de venda	2	2.133.400	(69.091)	(7.838)	1.609.050	(51.332)	(60.077)
Diferencial líquido		2.241.050	(75.543)	(28.134)	–	(53.469)	(61.751)
4 - Futuros							
Posição ativa		14.144.490	–	–	10.195.665	–	–
DI	2	9.453.200			6.597.600	–	–
DDI	2	2.943.200			898.061	–	–
DAP	2	35.237			59.075	–	–
Dólar	2	1.712.853			2.640.929	–	–
Posição passiva		6.883.062	–	–	8.265.103	–	–
DI	2	2.302.500			621.500	–	–
DDI	2	3.977.314			4.725.835	–	–
Dólar	2	603.248			2.917.768	–	–

a.2.2) Composição da carteira por vencimento

Diferencial a receber / (pagar) ao valor justo	31/12/2024			31/12/2023 (Não Auditado)	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	(30.094)	55.859	68.644	94.409	61.154
Non deliverable forward	(82.478)	(48.933)	3.055	(128.356)	12.709
Opções	(2)	(3.744)	(24.388)	(28.134)	(61.751)
Total	(112.574)	3.182	47.311	(62.081)	12.112

a.2.3) Hedge de investimento líquido no exterior

O Original contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de hedge desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua.

a.2.4) Hedge de risco de mercado

Todo derivativo deve ser marcado a mercado com os efeitos levados ao resultado. Todavia, isso pode não ser simétrico com o reconhecimento de ganhos e perdas no objeto de *hedge*. Para mitigar os eventuais impactos o Banco Original realiza *Hedge Accounting*, que tem por finalidade equalizar o reconhecimento de ganhos e perdas no resultado ou patrimônio, tanto do derivativo como do objeto de *hedge*, de acordo o tipo de *hedge accounting* realizado. Portanto, o principal objetivo do *hedge accounting* é evitar a volatilidade de resultado no balanço e proteger economicamente as instituições quanto as possíveis oscilações causadas por oscilações de taxas de juros.

A efetividade das estruturas de *hedge accounting* deve permanecer no intervalo entre 80% e 125% de variação nos ajustes a mercado do instrumento e objeto, e ser comprovada desde a concepção e ao decorrer da operação, ao realizar testes prospectivos e retrospectivos, conforme descrito na regulamentação aplicável.

- **Teste Prospectivo:** possui o objetivo de comprovar a relação econômica entre o item protegido (objeto) e o instrumento de *hedge*. Utiliza-se de DV01 para demonstrar que o instrumento e o objeto do *hedge* variam de forma diretamente proporcional em relação à variação à taxa de juros (nominais e reais) e em direções opostas, apresentando a relação econômica na relação de proteção.
- **Teste Retrospectivo:** verifica o desempenho passado de cada estrutura, a partir dos valores a mercado apurados no mínimo mensalmente, no fechamento das demonstrações financeiras.

A estrutura de *hedge accounting* poderá ser descontinuada prospectivamente caso i) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, terminado o exercido; ii) o *hedge* deixe de satisfazer as condições de efetividade; e iii) seja revogada a designação. A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

O Banco Original possui na data-base as seguintes estruturas vigentes:

i. Estrutura de Hedge Pré:

“O *hedge accounting* do fator de risco PRÉ é formado por passivos pré-fixados, divididos em duas estruturas:

a) instrumentos de dívida elegíveis a capital, emitidos pelo Banco Original entre os meses de fevereiro e abril de 2022, com vencimentos previstos superiores a 10 anos. As emissões citadas são o objeto de *hedge* da estrutura vigente.

b) passivos pré-fixados, com vencimento determinado, emitidos nas principais plataformas de distribuidores. Estão elegíveis os produtos certificado de depósito bancário, Letras de crédito imobiliária, Letras de crédito do agronegócio, depósito a prazo com garantia especial e letras financeiras.”

Instrumentos de *hedge* utilizados em ambas as estruturas são contratos de DI1 negociados na B3, registrados no Original e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*.

A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado, uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuros de DI1, se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado dos instrumentos de dívida elegíveis a capital.

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado, procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

ii. Estrutura de Hedge Cupom Cambial

As operações de crédito e operações de passivos em moeda estrangeira abrem exposição a taxa de juros referencial em USD, denominada cupom cambial, que representa o efeito de custo oportunidade entre a taxa de juros de referência (DI) e a variação cambial decorrente da indexação em moeda estrangeira (USD). Esta exposição é mitigada com a utilização de contratos futuros de DDI. Desta forma, a estrutura de *hedge* protege o Banco da variação do diferencial Dólar-DI (taxa de juro referenciada em dólar), expresso em taxa de juros.

A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuro de DDI, são contratados a compensar a variação no valor de mercado do risco protegido.

Teste de Efetividade Retrospectivo - R\$	Ajuste Objeto	Ajuste Instr.	% Efetividade	<2,5%	<0,5%
Hedge PRE - LFS	436.078	(473.540)	108,59%	–	–
Hedge PRE - Passivos	229.770	(232.381)	101,14%	–	–
Hedge PRE - LFSC	22.082	(25.940)	117,47%	–	–
Hedge PRE - LTN	(43.409)	43.409	100,00%	–	–
Hedge Cupom Cambial Ativo	(8.739)	7.519	86,04%	–	–
Hedge Cupom Cambial Passivo	(1.843)	1.964	106,60%	0,00222%	0,00001%

a.3) Resultado com derivativos

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
<i>Non deliverable forward</i>	(221.410)	(127.119)
<i>Swap</i>	62.595	115.899
<i>Opções</i>	84.004	(24.475)
<i>Futuros</i>	(326.397)	571.369
Dólar	(31.241)	91.003
Moedas	–	(29)
Futuro de dólar	–	7.388
S&P	–	(613)
Índice	(2.445)	(641)
DDI ⁽¹⁾	578.362	138.064
DI	(871.074)	336.197
Total	(401.208)	535.674

⁽¹⁾ Os instrumentos DDI contratados junto à B3 têm basicamente a finalidade de compensar riscos decorrentes da exposição de ativos financeiros à variação cambial.

a.4) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Títulos públicos		
Notas do tesouro nacional	583.927	594.201
Letras financeiras do tesouro	–	68.490
Letras do tesouro nacional	175.355	511.794
Total	759.282	1.174.485

b) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

b.1) Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024					31/12/2023 (Não Auditado)	
	Valor de custo	Ajuste a valor justo	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo / contábil	Valor justo / contábil
Carteira própria							
Títulos públicos	1.262.119	(97.715)	–	–	1.164.404	1.164.404	759.802
Letras do Tesouro Nacional - LTN - Nível 1	1.262.119	(97.715)	–	–	1.164.404	1.164.404	759.802
Vinculados à prestação de garantias							
Títulos públicos	187.386	(12.031)	–	–	175.355	175.355	166.187
Letras do Tesouro Nacional - LTN - Nível 1	187.386	(12.031)	–	–	175.355	175.355	166.187
Títulos Privados	41.849	–	41.849	–	–	41.849	37.682
Cotas de fundos - Nível 2	41.849	–	41.849	–	–	41.849	37.682
Total	1.491.354	(109.746)	41.849	–	1.339.759	1.381.608	963.671

c) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

c.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Acima de 12 meses	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	639.645	639.645	292.654
Total	639.645	639.645	292.654

c.2) Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024					31/12/2023 (Não Auditado)	
	Nível	Valor de custo	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo / contábil	Valor justo / contábil
Carteira própria							
Títulos públicos		1.841.948	591.184	–	1.250.764	1.841.948	507.974
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	1.841.948	591.184	–	1.250.764	1.841.948	507.974
Títulos privados		2.103.520	–	8.519	2.095.001	2.103.520	289.550
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	8.519	–	8.519	–	8.519	8.108
Nota comercial	3	2.095.001	–	–	2.095.001	2.095.001	281.442
Vinculados a compromissos de recompra		–	–	–	–	–	1.046.608
Títulos públicos							
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	–	–	–	–	–	1.046.608
Vinculados à prestação de garantias		633.739	49.811	–	583.928	633.739	579.137
Títulos públicos							
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	633.739	49.811	–	583.928	633.739	579.137
Total		4.579.207	640.995	8.519	3.929.693	4.579.207	2.423.269

c.3) Operações de crédito

c.3.1) Composição da carteira por produto

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Empréstimos	8.369.065	7.539.294
Financiamentos à exportação	1.463.878	1.654.692
Direitos creditórios	3.780.732	5.723.506
Operações com cartões de crédito	–	1.837.025
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.110.943	516.567
Títulos descontados	85	7.992
Financiamentos imobiliários	424.564	206.948
Adiantamentos a depositantes	48	633
Outros	36.584	16.494
Total	15.185.899	17.503.151

c.3.2) Composição da carteira por ramo de atividade

	31/12/2024		31/12/2023	
	Concentração		(Não Auditado)	Concentração
Setor Privado				
Pessoas físicas	2.936.542	19,34%	6.714.334	38,36%
Serviços	666.631	4,39%	6.687.681	38,21%
Comércio	4.825.646	31,78%	2.784.516	15,91%
Rural	5.649.912	37,20%	942.067	5,38%
Indústria	907.983	5,97%	152.018	0,87%
Financeiro	34.333	0,23%	43.716	0,25%
Outros	164.852	1,09%	178.819	1,02%
Total	15.185.899	100,00%	17.503.151	100%

c.3.3) Concentração das operações de crédito

	31/12/2024	% da Carteira	31/12/2023 (Não Auditado)	% da Carteira
Dez maiores devedores	3.034.111	19,98%	2.075.793	11,86%
Quarenta maiores devedores seguintes	3.700.598	24,37%	2.460.420	14,06%
Oitenta maiores devedores seguintes	2.871.043	18,91%	2.153.979	12,31%
Demais devedores seguintes	5.580.147	36,74%	10.812.959	61,78%
Total	15.185.899	100,00%	17.503.151	100%

c.4) Outros instrumentos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
	(Não Auditado)	(Não Auditado)
Depósitos em garantia - contingências trabalhistas	14.594	14.272
Depósitos em garantia - contingências fiscais	14.552	13.492
Rendas a receber	6.898	16.357
Negociação e intermediação de valores	29.931	29.822
Depósitos em garantia - contingências cíveis	10.751	9.082
Operações de câmbio	1	—
Total	76.727	83.025

d) Provisão para perdas esperadas

Movimentação dos saldos de provisão para perda esperada

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Saldo inicial	(2.593.539)	(5.186.356)
Constituição / reversão	(1.443.226)	(1.976.766)
Baixa para prejuízo	1.428.974	4.569.583
Saldo final	(2.607.791)	(2.593.539)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a recuperação de créditos baixados para prejuízo somou R\$ 232.707 (R\$ 317.160 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de créditos renegociados é de R\$ 3.350.779 (R\$ 5.000.543 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações somava R\$ 1.440.036 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.292.517 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Operações de crédito e títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado, classificados em estágios de risco de acordo com a IFRS 9

Ativos classificados	Estágios			31/12/2024
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	17.529.724	12.360	2.939.394	20.481.478
Posições <i>off-balance</i>	480.626	–	–	480.626
Total	18.010.350	12.360	2.939.394	20.962.104

Ativos classificados	Estágios			31/12/2023
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	12.266.447	5.695.865	2.339.787	20.302.099
Posições <i>off-balance</i>	53	–	–	53
Total	12.266.500	5.695.865	2.339.787	20.302.152

Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros, classificada em estágios de risco de acordo com a IFRS 9

Ativos classificados	Estágios			31/12/2024
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	25.620	315	2.581.009	2.606.944
Posições <i>off-balance</i>	847	-	-	847
Total	26.467	315	2.581.009	2.607.791

Ativos classificados	Estágios			31/12/2023
	1	2	3	Total
Instrumentos financeiros	2.377.093	4.077	212.367	2.593.537
Posições <i>off-balance</i>	2	-	-	2
Total	2.377.095	4.077	212.367	2.593.539

6. Investimentos

a) Investimentos em participação em coligada

	Sede	Moeda funcional	31/12/2023	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024		31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
			Valor justo do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital/outros eventos	Valor do investimento	Equivalência patrimonial
Coligada							
PicPay Holdings Netherlands B.V.(1)	Holanda	Real	122.689	5.872	27	128.588	-
Controladas							
Original Corretora Ltda.	Brasil	Real	(10.178)	6.850	-	(3.328)	(1.514)
Total			112.511	12.722	27	125.260	(1.514)

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	62.572	(39.872)	22.700	27.596
Sistemas de processamento de dados	20%	131.152	(123.346)	7.806	20.473
Sistemas de segurança e comunicações	20%	2.100	(1.896)	204	500
Total		195.824	(165.114)	30.710	48.569

b) Movimentação

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024				31/12/2024
	31/12/2023	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	27.596	641	–	(5.537)	22.700
Sistemas de processamento de dados	20.473	499	–	(13.166)	7.806
Sistemas de segurança e comunicações	500	–	–	(296)	204
Total	48.569	1.140	–	(18.999)	30.710

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)				31/12/2023
	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	31.941	2.963	–	(7.308)	27.596
Sistemas de processamento de dados	34.293	227	(3)	(14.044)	20.473
Sistemas de segurança e comunicações	837	–	–	(337)	500
Total	67.071	3.190	(3)	(21.689)	48.569

8. Ativos intangíveis

a) Composição

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Licenças de uso	De 20% a 100%	323.407	(312.400)	11.007	74.049
Software	De 10% a 20%	981.194	(981.194)	–	15.831
Mais valia em investimento em controlada	–	–	–	–	–
Total		1.304.601	(1.293.594)	11.007	89.880

b) Movimentação

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2024				31/12/2024
	31/12/2023	Aquisições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso	74.049	11.486	–	(74.529)	11.007
Software	15.831	–	–	(15.831)	–
Total	89.880	11.486	–	(90.360)	11.007

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)				31/12/2023
	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Amortização	
Licenças de uso	135.157	16.956	–	(78.064)	74.049
Software	308.006	–	–	(292.175)	15.831
Total	443.163	16.956	–	(370.239)	89.880

9. Direito de uso de bens arrendados

a) Composição

	31/12/2023 (Não Auditado)			31/12/2024
	Custo	Amortização		
Direito de uso de bens arrendados	70.998	(37.032)	33.966	43.489
Total	70.998	(37.032)	33.966	43.489

b) Movimentação

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)				31/12/2024
	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Amortização	
Direito de uso de bens arrendados	43.489	–	–	(9.523)	33.966
Total	43.489	–	–	(9.523)	33.966

10. Outros ativos

	31/12/2023 (Não Auditado)	
	31/12/2024	
Devedores diversos no país	266.033	115.167
Outros valores e bens	479.902	163.327
Valores a receber de sociedades ligadas	64.287	53.088
Relações interfinanceiras	966.339	645.254
Despesas pagas antecipadamente	39	207
Adiantamentos	5.138	15.857
Total	1.781.738	992.900

11. Passivos financeiros

a) Mensurados ao custo amortizado

a.1) Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Depósitos à vista	207.570	–	–	–	207.570	510.141
Pessoas físicas	3.724	–	–	–	3.724	7.961
Pessoas jurídicas	63.086	–	–	–	63.086	173.359
Vinculados	51.601	–	–	–	51.601	115.494
Pessoas jurídicas ligadas	76.636	–	–	–	76.636	203.953
Saldo credores em empréstimos e financiamentos	12.523	–	–	–	12.523	9.374
Outros depósitos	–	–	–	–	–	1.023
Contas pré pagamento	–	–	–	–	–	1.023
Depósitos interfinanceiros	–	576.956	–	–	576.956	3.230.246
Depósitos à prazo	–	3.078.638	3.826.124	8.740.910	15.645.672	11.567.188
Em moeda nacional	–	2.379.186	2.609.243	8.740.910	13.729.339	8.060.440
Em moeda estrangeira	–	699.452	1.216.881	–	1.916.333	3.506.748
Total	207.570	3.655.594	3.826.124	8.740.910	16.430.198	15.308.598

CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 70% e 158% do DI em 31 de dezembro de 2024 (70% e 170% do DI em 31 de dezembro de 2023), em operações prefixadas entre 6,86% e 17,16% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (6,31% e 17,00% ao ano em 31 de dezembro de 2023) e em operações híbridas, sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 3,38% e 7,05% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (100% do IPCA mais taxa prefixada entre 2,48% e 7,05% ao ano em 31 de dezembro de 2023).

a.2) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Carteira própria			
Títulos públicos	–	–	1.047.311
Notas do Tesouro Nacional	–	–	1.047.311
Total	–	–	1.047.311

a.3) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Letras de crédito do agronegócio	790.918	3.643.940	2.112.471	6.547.329	2.220.905
Letras de crédito imobiliário	404.247	753.648	88.661	1.246.556	2.981.309
Letras financeiras	–	7.137	202.238	209.375	237.695
Total	1.195.165	4.404.725	2.403.370	8.003.260	5.439.909

(1) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 127,5% do DI em 31 de dezembro de 2024 (89% e 130,4% do DI em 31 de dezembro de 2023). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 7,86% e 14,50% a.a. (5,89% e 14,90% do DI em 31 de dezembro de 2023). Em operação híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 3,35% e 5,07% a.a. (2,32% e 5,07% em 31 de dezembro de 2023).

(2) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 92% e 102% do DI (89% e 117% do DI em 31 de dezembro de 2023). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 8,89% e 14,28% a.a. (5,66% e 13,90% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 31 de dezembro de 2024 (2,95% e 4,29% em 31 de dezembro de 2023).

(3) Taxas praticadas em operações pré-fixadas entre 11,86% e 22,1% (11,86% em 31 de dezembro de 2023). Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 115% e 119,5% do DI (100% e 117,5% em 31 de dezembro de 2023). Não havia saldo em operações híbridas indexadas ao IPCA mais taxa prefixada em 31 de dezembro de 2024 (6,6% em 31 de dezembro de 2023).

a.4) Instrumentos de dívida elegíveis a capital

	Taxas praticadas	Venci-mento	Valor emitido	Valor curva	31/12/2024 Valor Justo	31/12/2023 Valor Justo (Não Auditado)
Letras financeiras subordinadas						
Pré-fixadas	De 15,8% a 16,9% a.a.	2032 a 2036	711.000	940.625	951.208	1.184.938
Total				940.625	951.208	1.184.938

a.5) Outros passivos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Obrigações por contratos de aluguel de bens	49.382	59.736
Transações de pagamento	–	1.836.953
Negociação e intermediação de valores	43.638	49.876
Total	93.020	1.946.565

12. Provisões

a) Contingências cíveis e trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Provisões cíveis	14.689	12.896
Provisões trabalhistas	110.374	66.397
Total	125.063	79.293

a.1) Provisões cíveis

Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, as quais são analisadas de forma individualizada. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

a.1.1) Movimentação

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Saldo inicial	12.896	9.233
Constituição	51.132	17.184
Reversão	(49.339)	(13.521)
Saldo final	14.689	12.896

Para esses processos, em 31 de dezembro de 2024, havia o montante de R\$ 14.689 em depósitos judiciais (R\$ 12.895 em 31 de dezembro de 2023).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de indenizações. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

a.2) Provisões trabalhistas

Basicamente, são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

a.2.1) Movimentação

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Saldo inicial	66.397	37.747
Constituição	79.031	61.983
Reversão	(35.054)	(33.333)
Saldo final	110.374	66.397

Para esses processos, em 31 de dezembro de 2024, havia o montante de R\$ 110.374 em depósitos judiciais (R\$ 66.397 em 31 de dezembro de 2023).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

b) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	31/12/2024	31/12/2023
	(Não Auditado)	
Processos cíveis	51.331	149.863
Processos trabalhistas	50.606	26.732
Processos fiscais	74.973	74.125
Total	176.910	250.720

13. Ativos e passivos fiscais

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
	(Não Auditado)	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.133.710)	(1.457.867)
Encargo total do IR e da CS às alíquotas vigentes	510.170	656.040
Efeito na apuração dos tributos	(16.360)	(21.060)
Resultado de participações em coligadas e controladas	38.247	11.288
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	29.147	(1.077.300)
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	17.949	4.803
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(20.596)	(14.541)
Outros ⁽¹⁾	(81.107)	1.054.690
Imposto de renda e contribuição social	493.810	634.980
Provisão para imposto de renda	519.554	624.160
Provisão para contribuição social	(14.363)	5.931
Ativos / passivos fiscais diferidos - IR / CS	(11.381)	4.889

b) Composição dos ativos correntes

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Contribuição social a compensar	2.944	104
Imposto de renda a compensar	3.655	3.535
COFINS a compensar	151	–
PIS a compensar	3.888	3.777
Outros impostos a compensar ⁽¹⁾	11.103	13.687
Total	21.741	21.103

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, aos créditos previdenciários a compensar.

c) Composição dos passivos correntes

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Impostos e contribuições sobre salários	5.606	9.587
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	777	2.549
Provisão para imposto de renda	3.499	29
Provisão para contribuição social	2.922	18
Outros	672	3.955
Total	13.476	16.138

d) Composição dos ativos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	243.691	246.499
Provisão para perdas esperadas	2.787.338	2.798.487
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	56.278	35.682
Outras diferenças temporárias no resultado	409.369	(103.541)
Subtotal	3.496.676	2.977.127
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379	17.379
Total	3.514.055	2.994.506

e) Movimentação dos ativos diferidos

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Saldo inicial	2.994.506	2.383.167
Constituições	1.075.997	1.554.809
Realizações	(556.448)	(943.470)
Saldo final	3.514.055	2.994.506

f) Composição dos passivos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Ajuste ao valor de mercado dos passivos financeiros	332.009	(105.795)
Ajuste ao valor de mercado de derivativos e outros	(293.829)	170.969
Total	38.180	65.174

g) Movimentação dos passivos diferidos

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Saldo inicial	65.174	301.702
Constituições	480.568	2.191.748
Reversões	(507.562)	(2.428.276)
Saldo final	38.180	65.174

h) Expectativa de realização dos ativos diferidos

Realização projetada	
2025	223.414
2026	343.676
2027	353.416
2028	326.756
2029	307.741
2030	309.323
2031	321.577
2032	335.962
2033	353.493
2034 e 2035	638.697

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

i) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2024, considerando a taxa de captação projetada, é de R\$ 1.784.141.

14. Outros passivos

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Credores diversos - no país	105.599	94.044
Provisão para outras despesas administrativas	14.127	68.769
Provisão para despesas de pessoal	57.539	61.638
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	739	622
Valores a pagar a sociedades ligadas	317	166
Outros	27.314	33.935
Total	205.635	259.174

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 1.275.362.073 ações escriturais e sem valor nominal (1.187.826.073 em 2023), sendo 887.663.037 ações ordinárias (843.913.037 em 2023) e 387.663.036 ações preferenciais (343.913.036 em 2023).

Em 30 de janeiro de 2023, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 500.000, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passou a ser de R\$ 3.630.001, dividido em 912.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 706.413.037 ordinárias e 206.413.036 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN, por ofício expedido em 13 de fevereiro de 2023.

Em 29 de março de 2023, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 600.000, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passou a ser de R\$ 4.230.001, dividido em 1.062.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 781.413.037 ordinárias e 281.413.036 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN, por ofício expedido em 12 de abril de 2023.

Em 30 de junho de 2023, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 500.000, sendo R\$ 350.000 integralizados no ato e R\$ 150.000 a serem integralizados no prazo de um ano. O capital social, passará a ser de R\$ 4.730.001, dividido em 1.187.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 843.913.037 ordinárias e 343.913.036 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN, por ofício expedido em 17 de julho de 2023.

Em 10 de julho de 2024, foi deliberado e aprovado a redução do capital social do Banco Original em R\$ 100.000. O capital social, passou a ser de R\$ 4.630.001, dividido em 1.162.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 843.413.037 ordinárias e 331.413.036 preferenciais. A redução de capital foi homologada pelo BACEN, por ofício expedido em 15 de agosto de 2024.

Em 30 de outubro de 2024, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 400.000, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passou a ser de R\$ 5.030.001, dividido em 1.262.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 881.413.037 ordinárias e 381.413.036 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN, por ofício expedido em 25 de novembro de 2024.

Em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 50.000, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passou a ser de R\$ 5.080.001, dividido em 1.275.326.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 887.663.037 ordinárias e 387.663.036 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN, por ofício expedido em 20 de janeiro de 2025.

a.1. Composição

	Ordinárias	Prefe- renciais	Prefe- renciais	Ordinárias	Prefe- renciais	31/12/2023 (Não Auditado)
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
De domiciliados no país	3.530.098	1.549.903	5.080.001	3.355.098	1.374.903	4.580.001
Total	3.530.098	1.549.903	5.080.001	3.355.098	1.374.903	4.580.001

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos / juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos títulos públicos e privados disponíveis para venda e swap destinado para hedge do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante positivo de R\$ 411 (no montante positivo de R\$ 36.611 em 31 de dezembro de 2023).

16. Receita de juros e similares

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Operações de crédito	3.033.970	2.858.062
Financiamentos	790.823	233.818
Empréstimos	1.927.584	2.257.365
Títulos descontados	313.761	365.515
Adiantamento a depositantes	1.802	1.364
Títulos e valores mobiliários	167.558	243.023
Aplicações interfinanceiras de liquidez	167.558	239.376
Disponibilidades em moedas estrangeiras	–	3.647
Total	3.201.528	3.101.085

17. Despesa com juros e similares

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Captação com depósitos	(1.537.507)	(1.496.780)
Depósitos à prazo	(1.404.229)	(1.394.479)
Depósitos interfinanceiros	(133.278)	(102.301)
Captação no mercado aberto	(82.702)	(167.534)
Carteira própria	(82.702)	(167.534)
Recursos de aceite e emissão de títulos	(867.017)	(1.060.878)
Letras de crédito imobiliária	(215.249)	(280.113)
Letras de crédito do agronegócio	(448.891)	(253.170)
Letras financeiras	(202.877)	(527.595)
Contribuições ordinárias	(19.597)	(19.809)
Fundo Garantidor de Crédito	(19.597)	(19.809)
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.005)	(3.237)
Banqueiros no exterior	(1.005)	(3.237)
Outros	(5.741)	(6.817)
Bens arrendados	(5.741)	(6.817)
Total	(2.513.569)	(2.755.055)

18. Ganho / (perda) líquidos em investimentos em instrumentos financeiros

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Títulos	422.651	1.098.464
Títulos de renda variável	(163.310)	(1.840)
Resultado de títulos no exterior	11.613	206
Títulos de renda fixa	574.348	1.100.098
Derivativos	(401.208)	535.674
<i>Non deliverable forward</i>	(221.410)	(127.118)
Opções	84.004	(24.475)
Swap	62.594	115.898
Futuros	(326.396)	571.369
Total	21.443	1.634.138

19. Recuperação de créditos baixados para prejuízo

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	232.707	317.159
Total	232.707	317.159

20. Resultado em operações de câmbio

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Variações e diferenças de taxas	(2.493)	1.108
Total	(2.493)	1.108

21. Receitas de prestação de serviços

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Transações de pagamento	264	—
Tarifas bancárias	21.369	88.388
Comissões de cartões	26.087	285.316
Cobrança e arrecadações	30.758	62.281
Garantias prestadas	6.279	4.504
Prestação de serviços de assessoria financeira	1	540
Total	84.758	441.029

22. Provisão para perdas esperadas em ativos financeiros

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Perda esperada em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ⁽¹⁾	(1.443.225)	(1.976.766)
Total	(1.443.225)	(1.976.766)

⁽¹⁾ Movimentação detalhada na nota explicativa 5.d

23. Despesas de pessoal

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Proventos	(147.635)	(274.304)
Encargos	(38.106)	(68.103)
Benefícios	(17.665)	(48.035)
Indenizações trabalhistas	(22.081)	(11.137)
Treinamentos	(374)	(1.352)
Total	(225.861)	(402.931)

24. Despesas tributárias

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
COFINS	(40.109)	(98.928)
ISS	(10.158)	(28.919)
Outras	(1.584)	(4.614)
Total	(51.851)	(132.461)

25. Outras despesas administrativas

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Serviços do sistema financeiro	(386.934)	(552.830)
Processamento de dados	(47.152)	(97.225)
Depreciações e amortizações	(116.895)	(402.376)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(57.141)	(500.774)
Comunicações	(3.860)	(7.536)
Propaganda e publicidade	(1.255)	(792)
Promoções e relações públicas	(287)	(61)
Publicações	(96)	(104)
Transportes e viagens	(2.516)	(4.008)
Manutenção e conservação de bens	(3.603)	(3.635)
Despesas legais e jurídicas	(11.221)	(19.728)
Indenizações judiciais diversas	(27.166)	(18.553)
Serviços de vigilância e segurança	(25)	(495)
Água, energia e gás	(69)	(317)
Aluguéis	(446)	919
Material	(39)	(86)
Seguros	(133)	(133)
Outras	(54.604)	(82.693)
Total	(713.442)	(1.690.427)

26. Outras receitas / (despesas) líquidas

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023 (Não Auditado)
Rendas de cessão	85.510	–
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(45.771)	(32.312)
Resultado na alienação de participações	–	2
Outras provisões operacionais	(5.198)	(47.706)
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	92.133	98.438
Atualização de depósitos judiciais	1.272	1.137
Atualização de impostos a compensar	2.338	4.608
Despesas de charge back	(1.021)	(21.981)
Provisão para <i>impairment</i> de ativos	6.652	(2.635)
Reversão de provisões operacionais	54.017	9.142
Outras	73.641	(1.925)
Total	263.573	6.768

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, ao ressarcimento de despesas previstas em acordos operacionais com partes relacionadas

27. Partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a recuperação de encargos e despesas somaram R\$ 92.133 (R\$ 98.438 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal chave da Administração somaram R\$ 12.896 (R\$ 12.965 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Não houve pagamento de benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Original não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Original não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

O Original realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o PicPay Bank S/A, a PicPay Instituição de Pagamento S/A, a Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A, a PicPay Invest DTVM Ltda, a JBS S/A, a JBS Aves Ltda, a Seara Comércio de Alimentos Ltda, a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda, PicS Ltd e a J&F Investimentos S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2024
Ativos						
Ativos financeiros	5.840.679	–	4.343	–	–	5.845.022
Outros ativos	26	64.261	–	–	–	64.287
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	5.737.094	10	2.233	–	20.058	5.759.395
Outros passivos	316	–	2	–	–	318
Resultado						01/01 a 31/12/2024
Rendas de operações de crédito	431.562	–	–	–	–	431.562
Resultado com títulos e valores mobiliários	236.932	–	–	–	–	236.932
Despesas em operações de captação	(408.548)	(43.901)	–	–	(16.020)	(468.469)
Outras receitas e (despesas)	(257.114)	–	–	–	–	(257.114)
Resultado						01/07 a 31/12/2024
Rendas de operações de crédito	96.678	–	–	–	–	96.678
Resultado com títulos e valores mobiliários	111.170	–	–	–	–	111.170
Despesas em operações de captação	(218.863)	(24.175)	–	–	(2.561)	(245.599)
Outras receitas e (despesas)	(62.103)	–	–	–	–	(62.103)

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽³⁾	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
Ativos						
Ativos financeiros	6.625.345	–	–	–	–	6.625.345
Outros ativos	355	57.958	1	–	–	58.314
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	7.809.473	41.933	2.073	–	313.313	8.166.792
Outros passivos	277.033	–	–	–	–	277.033
Resultado						01/01 a 31/12/2023
Rendas de operações de crédito	464.287	–	–	–	–	464.287
Resultado com títulos e valores mobiliários	293.221	–	–	–	–	293.221
Despesas em operações de captação	(450.452)	(8.530)	1.624	(1.506)	(35.763)	(494.627)
Outras receitas e (despesas)	(345.475)	–	(164)	–	–	(345.639)
Resultado						01/07 a 31/12/2023
Rendas de operações de crédito	221.320	–	–	–	–	221.320
Resultado com títulos e valores mobiliários	(4.314)	–	–	–	–	(4.314)
Despesas em operações de captação	(250.829)	(8.322)	1.725	–	(17.301)	(274.727)
Outras receitas e (despesas)	(127.036)	–	99	–	–	(126.937)

⁽¹⁾ J&F Participações S/A

⁽²⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Hub Ltda.

⁽³⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Asset Management Ltda, Original Hub Ltda, PicPay Instituição de Pagamento S.A., FIDC PicPay.

28. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução 4.557/17 e da Circular 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira <i>trading</i>		Value at risk	31/12/2024	31/12/2023
Fator de risco		Média	Fechamento	Fechamento (Não Auditado)
Pré-fixado		1.625	2.899	819
Moedas estrangeiras		36.521	36.998	11.056
Exposição com correlação		224	279	457

Carteira <i>banking</i>		Teste estresse	31/12/2024	31/12/2023
Risco		Média	Fechamento	Fechamento (Não Auditado)
Risco de taxa de juros		173.076	83.243	198.694

O Original qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

a) Gerenciamento de riscos operacionais

Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Original, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Original.

A estrutura de risco operacional do Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b) Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Original. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do BACEN.

A análise de exposição das carteiras do Original é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo F-GAP (Fórum de Gerenciamento de Ativos e Passivos)

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

c) Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do Comitê de diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Original, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

d) Gerenciamento de riscos de crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Comitê de diretoria é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao Comitê de diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

29. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado prudencial.

	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Patrimônio de referência Nível I	2.048.502	2.194.338
Capital Principal	1.476.065	2.194.338
Capital Complementar	572.437	
Patrimônio de referência Nível II	836.931	940.625
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	2.885.433	3.134.963
RWA - Ativos ponderados pelo risco	20.651.218	26.746.025
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	16.291.559	19.641.630
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	4.174.478	191.444
RWAMPAD (parcelas de risco de mercado)	185.181	6.212.462
RWASP (parcelas de serviços de pagamento)	–	700.488
Índice de Basileia	13,97%	11,72%

O Conglomerado mostrou-se enquadrado no limite regulatório para o índice de Basileia, que para dezembro de 2024 é 13,97%, apresentando patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. São divulgadas trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor, de forma que o Conglomerado apresentou indicador de 5,52 % em 31 de dezembro de 2024.

A controladora do Conglomerado Prudencial Original possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

30. Informações complementares

a) Garantias prestadas

	Valor atualizado	31/12/2024 Provisão	Valor atualizado	31/12/2023 Provisão (Não Auditado)
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	480.626	2.995	289.111	1.512
Outras fianças bancárias	–	–	–	–
Total	480.626	2.995	289.111	1.512

b) Seguros

O Banco Original contrata apólices de seguros para proteção dos imóveis onde se encontram suas unidades de negócio, seguros de vida de seus empregados, diretores, administradores e para cobertura de ações judiciais nas esferas cíveis e trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura total somava R\$ 381.997 (R\$ 338.993 em 31 de dezembro de 2023). O prêmio pago foi de R\$ 133 (R\$ 133 em 31 de dezembro de 2023).

c) Plano de aposentadoria e pensões

O Original não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não são aplicáveis as exigências da deliberação CVM 695/12.

d) Plano de saúde - benefício pós emprego

O Original é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os colaboradores demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 580 (R\$ 462 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

e) Conciliação da movimentação dos fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Patrimônio líquido			
	Passivo	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2023	1.184.938	4.580.001	(3.364.308)	2.400.631
Variações com efeito de caixa	300.000	500.000	–	500.000
Aumento de capital	–	500.000	–	500.000
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	–	–	–
Emissão de Instrumentos de dívida elegível a capital	300.000	–	–	300.000
Variações sem efeito de caixa	(533.731)	–	14.659	(519.072)
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	–	14.659	14.659
Juros em instrumentos de dívida elegível a capital	168.742	–	–	168.742
Marcação a mercado de instrumentos de dívida elegível a capital	(702.473)	–	–	(702.473)
Saldo em 31/12/2024	951.207	5.080.001	(3.349.649)	2.381.559
Saldo em 31/12/2022	695.117	3.130.001	(1.867.998)	1.957.120
Variações com efeito de caixa	–	1.450.000	–	1.450.000
Aumento de capital	–	1.450.000	–	1.450.000
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	–	–	–
Emissão de Instrumentos de dívida elegível a capital	–	–	–	–
Variações sem efeito de caixa	489.821	–	(1.496.310)	(1.006.489)
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	–	(1.496.310)	(1.496.310)
Juros em instrumentos de dívida elegível a capital	133.711	–	–	133.711
Marcação a mercado de instrumentos de dívida elegível a capital	356.110	–	–	356.110
Saldo em 31/12/2023	1.184.938	4.580.001	(3.364.308)	2.400.631

31. Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2025, se aprovado e deliberado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 110.000, a ser totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passará a ser de R\$ 5.190.001, dividido em 1.302.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 901.413.037 ordinárias e 401.413.036 preferenciais. O aumento de capital está em processo de homologação pelo BACEN.

Em 28 de fevereiro de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 30.000, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passará a ser de R\$ 5.220.001 dividido em 1.310.326.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 905.163.037 ordinárias e 405.163.036 preferenciais. O aumento de capital está em processo de homologação pelo BACEN.

Administradores responsáveis pela divulgação das demonstrações financeiras

A Diretoria

Contador

Marcelo Rosas Betine

CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP